



Anais da Assembleia

Nº 27

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 02 DE ABRIL DE 1992

ANO XVIII

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO Nº 002/92

DATA: 25 de março de 1992

SOMULA: Aprova as contas da aplicação de subvenção social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1991.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Artigo Único - São aprovadas as contas da aplicação de dotação de subvenção social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1991, regulamentada pela Resolução nº 55/83, de 03 de outubro de 1983, conforme ofício nº 01/CEAS/92, de 31 de janeiro de 1992.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.03.92

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 003/92

DATA: 25 de março de 1992.

SOMULA: Autoriza a realização do plebiscito na área descrita, no município de Pêrola, para que a população decida sobre a criação do município de Esperança Nova, desmembrando-o do município de Pêrola, conforme especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização do plebiscito na área adiante descrita, no município de Pêrola, para que a população decida sobre a criação do município de Esperança Nova, desmembrando-o do município de Pêrola, com os seguintes limites e confrontações:

"Partindo do marco 160/161, cravado à margem da estrada Jequitibã, seguiu-se o rumo 75°35' SW, com a distância de 1.020,00 metros, onde encontrou-se outro marco 160/161, cravado à margem direita do córrego Gaivota.

Deste marco seguiu-se margeando o córrego Gaivota, águas abaixo até o ribeirão Jequitibã, confrontando por este lado com

o município de Pêrola.

Em continuação, seguiu-se margeando o ribeirão Jequitibã, águas abaixo até o rio Paracai, confrontando por este lado com o município de São Jorge do Patrocínio.

Em continuação seguiu-se margeando o rio Paracai, águas acima até a estrada Lontra, confrontando-se por este lado com o município de Umuarama. Em continuação, seguiu-se margeando a estrada Lontra até o marco 269/270 cravado à margem da estrada Lontra, confrontando por este lado com o município de Xambrê.

Deste marco seguiu-se rumo 58°37' SW, com a distância de 1.461,00 metros, onde encontrou-se outro marco 269/270 cravado à margem direita do córrego do Milho. Deste marco, seguiu-se margeando o córrego do Milho águas abaixo até o ribeirão Palmital, confrontando por este lado com o município de Pêrola.

Em continuação, seguiu-se margeando o ribeirão Palmital.

Em continuação, seguiu-se margeando o ribeirão Palmital, lado direito águas acima até o córrego Borboleta.

Daí seguiu-se margeando o córrego Borboleta, lado direito, águas acima até o marco 76/77, cravado à margem do córrego Borboleta.

Deste marco seguiu-se o rumo 54°24' SW, com a distância de 335,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77. Em continuação, seguiu-se o rumo 32°10' SW, com a distância 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77. Em continuação, seguiu-se o rumo 32°10' SW, com a distância 1.345,00 metros, onde encontrou-se outro marco 76/77, cravado à margem da estrada Boa Esperança. Em continuação, seguiu-se margeando a estrada Boa Esperança até a estrada Jaquitibã, confrontando por este lado com o município de Pêrola. Em continuação seguiu-se margeando a estrada Jequitibã até o marco 161/160, ponto de partida.

A área total do memorial descritivo é de 138.330.346,00 metros quadrados (cento e trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados).

MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA URBANA

Partindo do marco 1, cravado à margem da estrada Boa Esperança, seguiu-se o rumo 02°58' NE, com a distância de 106,00 metros, onde se encontrou-se o marco nº 2, confrontando por este lado com os lotes nºs 1.021 e 1.024. Deste marco seguiu-se o rumo 41°46' NW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco nº 3,

confrontando por este lado com os lotes n°s 1.012 - 1.013 - 1.014 e 1.016 - 1.018 e 1.019.

Deste marco seguiu-se o rumo 86°48' NW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 4, confrontando por este lado com os lotes n°s 1.002 - 1.003 - 1.006 e 1.007 - 1.010 e 1.011.

Deste marco seguiu-se o rumo 47°58' SW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 5 confrontando por este lado com os lotes n° 994 - 995 - 996 e 998 - 1000 e 1001. Deste marco seguiu-se o rumo 02° 58' SW, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 6, confrontando por este lado com os lotes n°s 984 - 985 - 988 e 989 - 992 e 993.

Deste marco seguiu-se o rumo 41°46' SE, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 7, confrontando por este lado com os lotes n°s 976 - 977 - 979 e 981 - 982 e 983.

Deste marco seguiu-se o rumo 86°48' SE, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 8, confrontando por este lado com os lotes n°s 966 - 967 - 970 e 971 - 974 e 975.

Deste marco seguiu-se o rumo 47°58' NE, com a distância de 225,00 metros, onde encontrou-se o marco n° 9, confrontando por este lado com os lotes n°s 958 - 959 - 960 e 963 - 964 e 995.

Deste marco seguiu-se o rumo 02°58' NE, com a distância de 119,00 metros, onde encontrou-se o marco 9-1, ponto de partida, confrontando por este lado com os lotes n°s 955 - 956 e 957.

Ficando assim demarcado o Patrimônio Esperança Nova.

Todos os rumos constantes do presente memorial referem-se ao Norte Verdadeiro.

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.03.92.

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 004/92

DATA: 25 de março de 1992

SOMULA: Altera a redação da Resolução n° 061/90, que autoriza a realização de plebiscito no Município de Irati, sobre a criação do Município de Gonçalves Júnior.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - O memorial descritivo constante da Resolução n° 061/90, passa a vigorar com a seguinte redação no seu item n° 05:

"com o Município de Irati

Começa no ponto de intersecção de uma linha reta e seca com a rodovia BR-277; segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à BR-277; segue por esta até a linha de energia elétrica da COPEL; segue por esta até a estrada Gonçalves Júnior à linha velha; segue por esta até a estrada para Linha Velha; segue por esta até o rio Mato Queimado; desce por esta até a foz do rio da Campina."

Art. 2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.03.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO N° 005/92

DATA: 25 de março de 1992

SOMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Rio Novo, desmembrado do Município de Reserva.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1° - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Rio Novo, desmembrado do Município de Reserva que:

"Tem seu início na PR-239 com a nascente do rio do Peixe ou Alonso; descendo por este até sua foz com o rio Bonito, divisa dos Municípios de Grandes Rios e Ortigueira; segue por este acima até encontrar o rio Cascudo; por este acima até sua cabeceira mais alta, na Serra dos Monjolinhos e segue numa linha reta e seca até a estrada PR-239, com a nascente do rio do Peixe ou Alonso, ponto inicial desta descrição."

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO URBANO

"Confluência do rio Novo com o arroio Sem Nome; sobe o arroio Sem Nome até sua nascente; deste ponto segue em linha seca pela divisa do perímetro urbano (inclusive), fundo das terras de Manoel Jeffer Machado e Luiz A. de Lima (exclusive) até a estrada para Faxinal Fino; deste ponto segue rumo Oeste em linha seca pela divisa do perímetro urbano (inclusive) e terras de Vicente Manoel de Souza, Lotar Nelson

Kurscheidt e Francisco Sotoski (exclusive) cruzando a estrada para Rio Branco até o rio Novo; rio Novo até o arroio Sem Nome."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 25.03.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 006/92

DATA: 26 de março de 1992

SOMULA: Autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, para a criação do Município de Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo especificada, para que a população decida sobre a criação do Município de Jacutinga, desmembrado do Município de Ivaiporã:

"Inicia na margem esquerda da foz do Rio Formoso e pela margem esquerda do rio Ivaí; rio Ivaí abaixo até encontrar as divisas municipais entre Ivaiporã e Jardim Alegre; por esta divisa até encontrar o ribeirão Pindaúva, incluindo o povoado de Santa Cruz e pela margem direita do ribeirão citado acima até o povoado Severiano para em linha seca de rumo magnético, até a margem esquerda do rio Formoso na divisa do distrito de Ariranha, e por esta margem rio abaixo até a sua foz, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 26.03.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

RESOLUÇÃO Nº 007/92

DATA: 30 de março de 1992

SOMULA: Autoriza a realização de plebiscito, objetivando a incorporação de parte territorial do município da Lapa ao de Contenda.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito, na área abaixo descrita, objetivando a incorporação de parte territorial do Município da Lapa ao Município de Contenda.

"Começa na formação do rio do Poço (encontro das águas do arroio Laranjeira, ribeirão da Lavrinha e rio da Cachoeira); subindo pelo rio da Cachoeira até encontrar a foz do rio dos Cachos, pela qual sobe até sua nascente; daí segue pelo divisor das águas dos rios Iguaçu e Várzea, sentido Noroeste, até a nascente do rio Turvo; e por este abaixo até a sua foz no rio Iguaçu, pelo qual desce até a foz do arroio Passo da Guarda. Desse ponto sobe pelo mesmo, até sua nascente, de onde, por uma linha seca alcança a nascente do arroio Passo da Cruz e por este abaixo, até encontrar o rio dos Cardosos. Deste ponto do rio dos Cardosos abaixo segue até a estrada Lapa-Quitandinha. Finalmente por uma linha seca de aproximadamente 9.400 metros (nove mil e quatrocentos metros), até encontrar a formação do rio do Poço, ponto de partida."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.03.92

(a) ANIBAL KHURY
Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 23ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, Oswaldo Trevisan, José Artur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, e Severino Félix (38). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algâci Túlio, Ademãr Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, João Preis, Nelson Garcia, Nel-

son Justus, Nilton César e Toti Colaço (16).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFICIO Nº 1173/91

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 02/04/92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 02.04.92.

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por dez sessões, do Projeto de Lei nº 386/91, de sua autoria, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da rede oficial de ensino e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 02.04.92.

(a) ALGACI TOLIO

REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem à presença de Vossa Excelência, comunicar, após ouvido o Plenário, que a partir de amanhã 03/04/92, reassume a função de parlamentar, após licença solicitada em data de 03/12/91.

Solicito as providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 02.04.92.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, a inserção na Ata dos trabalhos da sessão da Assembléia Legislativa, hoje, de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. CHARLES VIANA HOLLEBEN, ocorrido na data de 01 do corrente, na cidade de Ponta Grossa. Filho de tradicional família de Reserva no Paraná, advogado militante, pessoa de nossa amizade.

Sala das Sessões, em 02.04.92.

(a) DALTON MACHUCA

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 082/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação dos Municípios de Entre-Rios "AMERIOS", com sede no município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02.04.92.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão da entidade, tendo em vista a integração administrativa, econômica e social dos municípios que compõe, regendo-se pelos presentes estatutos-sociais, aprovados na assembléia de constituição.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Florisvaldo Fier, Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em dezembro de 1988 a sociedade brasileira e a opinião pública internacional ficou chocada com o assassinato do companheiro Chico Mendes, no Acre. Era um assassinato anunciado, pois Chico Mendes já tinha anunciado à sociedade que iriam assassiná-lo e pediu segurança de vida bem mais de uma vez, e nunca foi-lhe dada a segurança necessária para que continuasse vivendo.

Chico Mendes, companheiro que defendia o meio ambiente, defendia a transformação da sociedade, companheiro socialista.

O seu assassino foi condenado tempos depois a 19 anos de prisão e na prisão ia ao Banco, levou e leva uma vida privilegiada, comida boa, conforme diz a imprensa, mulheres entrando e saindo, quando não ele mesmo saindo para passear. Não bastasse esta condição privilegiada, o Tribunal de Justiça do Acre anulou a condenação.

Essa anulação significa duas coisas: a primeira que os fazendeiros, latifundiários, podem continuar matando! A violência no campo pode continuar no Norte do nosso País, porque a impunidade continua; e a segunda coisa significa que esta decisão atenta contra a soberania da vontade popular, que quis ver Chico Mendes condenado. Diz o ordenamento jurídico de nosso País que o Tribunal só pode pedir uma revisão quando a decisão for manifestamente contrária a prova dos Autos. Isso segundo o advogado Márcio Tomás Bastos.

No caso de Darly e Darcy, pai e filho, assassinos de Chico Mendes, isso não ocorreu, há provas suficientes nos Autos de que eles são assassinos, de que são eles os assassinos de Chico Mendes!

No dia da Sessão do Tribunal, no Acre, para analisar o pedido de anulação do julgamento de Chico Mendes, foi esvaziada a Plenária daquele Tribunal, não sendo possível a participação popular daquele Estado para acompanhar a Sessão. Não foi possível porque, a pretexto de protestar contra a qualidade das estradas, da situação ruim das estradas do Acre, a UDR tinha fechado todas as estradas, impedindo que ônibus que transportavam trabalhadores e companheiros de Chico Mendes chegassem até Rio Branco, para se manifestar.

Todo o ordenamento jurídico de nosso País, de acordo com Márcio Tomás Bastos, advogado de defesa de Chico Mendes, conceituado jurista e ex-presidente da OAB do Brasil, este processo deve ser anulado. E justamente no sentido de pedir o pacto político e efetivo desta Casa de Leis é que nós, do PT, entramos com Requerimento solicitando que o Tribunal de Justiça do Acre não aja, mais uma vez, injustamente. Que não mantenha esta anulação, e sim que seja mantida a pena de 19 anos para Darly.

Nós sabemos que os Senhores Parlamentares não desejam ver assassinos à solta. Nós sabemos que os Senhores Parlamentares desejam que este País tenha justiça. E a justiça só se faz condenando os reais assassinos. Neste caso de Chico Mendes. E pedimos apelo para o nosso Requerimento. Assim como, outro dia, protestamos pela não condenação de Marcos Paniza, hoje protestamos e condenamos a soltura, no novo julgamento que querem por, no caso de Chico Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Próximo orador é o Deputado Oswaldo Trevisan. Tem a palavra.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Por recomendação do nome Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB e Líder do Governo nesta Casa, nós vamos trazer algu-

mas informações a respeito da viagem do Governador Roberto Requião à China, ao Japão e aos Estados Unidos.

E, num balanço de viagem, apresentado pelo próprio Governador Requião, é oportuno que já, desde logo, se traga a esta Casa o conhecimento de alguns aspectos desta viagem. E é o próprio Governador Requião quem informa que (Lê):

"UM BALANÇO DE VIAGEM

Roberto Requião

Depois de 33 dias de ausência, retorno ao Paraná plenamente convencido das gigantescas oportunidades que estão se abrindo para o nosso Estado e para o Brasil, se soubermos abrir os olhos para o mundo, com inteligência e atenção. Os contatos intensos com dirigentes e empresários do Japão e China mostrou toda a importância do mercado asiático, um mercado fantástico de cerca de 1,4 bilhão de pessoas só na China.

A China, após a reorganização econômica, vem crescendo há ... anos a taxas sempre próximas de 10%, o processo de descentralização e abertura permitiu dobrar a produção na década de 80, fenômeno que promete repetir-se nesta década. O comércio exterior da China, em 1991, alcançou US\$ 135 bilhões. E um mercado pronto para receber mercadorias e capitais, pois pretende acelerar ainda mais seu processo econômico.

Pelo que pude ver, em uma ou duas décadas, a China se tornará uma grande potência mundial e, se soubermos ser competentes, poderemos estabelecer um relacionamento econômico altamente benéfico para ambos os lados. Na China fechamos acordos para a implantação de uma estação da piscicultura, um projeto de verticalização da produção de seda, com incremento da produção de larvas até os processos industriais de fiação, tinturaria e tecelagem. Inúmeros outros projetos de cooperação técnica e de "joint-ventures" na área da agricultura e agroindústria estão sendo analisados, em decorrência dos contatos que mantivemos com o governo chinês.

O Japão merece uma reflexão à parte. Numa área igual a dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, juntos, vivem cerca de 122 milhões de pessoas, 81% das quais nas cidades. Como o Brasil, foi o País que mais cresceu nos últimos cem anos, apresentando hoje um crescimento anual de 4,7% e uma taxa de inflação de 1,2%. Empenhado num processo de crescimento e de produção acelerado, o Japão impressiona pelo dinamismo da economia.

No entanto, a qualidade de vida do trabalhador japonês parece deixar a desejar, não pelas carências materiais, mas pela rigidez do regime de trabalho, pela pressão psicológica sobre os trabalhadores

e pelo alto custo de vida (apesar dos altos salários). A idéia que nos fica é a de que o sistema capitalista, de alta sofisticação, se apossou do Estado para conduzir a economia de acordo com seus interesses, mas gerando um custo humano muito alto e que vem sendo revisto pelas próprias autoridades. Devemos receber, até julho, cerca de US\$ 6 milhões a fundo perdido, para aplicação em projetos de ocupação urbana, bacias hidrográficas e abastecimento público. Os contatos com o Japão devem continuar por mais tempo pois, com sua meticulosidade típica, os estudos serão mais aprofundados. Por outro lado, como o Japão está intensamente empenhado na preparação da ECO-92, os projetos relacionados com o meio ambiente receberam uma atenção prioritária.

Terminei minha viagem pelos Estados Unidos, onde visitei a agência do BANESTADO em Nova York. É uma pequena agência com oito funcionários, mas que funciona como um banco em todos os sentidos. Percebi a necessidade de divulgarmos mais as atividades do BANESTADO nesse país, especialmente entre os empresários paranaenses que lá disporão de todos os serviços típicos de uma instituição bancária, como já fazem inúmeros empresários gaúchos e uruguaios."

É importante que o empresário paranaense desperte para o Banco do Estado em Nova York, que está lá a sua disposição. Finalizando Senhor Presidente e Senhores Deputados. Foi uma viagem altamente produtiva que trará benefícios a médio e a longo prazo ao nosso Estado, fazendo ingressar de forma mais competitiva no mercado nacional e internacional. Não queremos, no Brasil, uma abertura apressada da economia, mas precisamos aceitar o desafio da modernização tecnológica e da competitividade, criando relações horizontais com outras economias. E disto o Paraná quer dar exemplo. E o relatório do Governador Roberto Requião, pequeno relatório da sua viagem à China, ao Japão e aos Estados Unidos.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Nós ouvimos e vimos através da imprensa escrita, falada, televisionada, de que o Presidente Collor está querendo reconstituir o seu Ministério e que para isto convida, ou quer a participação dos Partidos de Esquerda, dos Partidos de Oposição no Congresso. Vimos estampados nas manchetes de alguns jornais que Collor

quer o PT na administração, no Governo.

As nossas posições até o momento quanto a esta fantasia criada em Brasília, quando bem disse o Prefeito de Porto Alegre, Olívio Dutra, que o Ministro Passarinho armou toda essa trama, e o que se fez? Se deu um tiro de canhão para matar um passarinho, apenas isto é o que está se vendo no desenrolar desta invenção feita em Brasília de reforma ministerial.

Nós temos que reafirmar e quero dizer isto nesta tribuna, de que jamais o PT participará de um Governo deste naipe em nosso País. Já nos negamos a conversar com o Presidente Collor, isso já dito pelos 4 cantos deste País, pela sua baixaria, pela sua falta de capacidade política de fazer política, não interferir em questões particulares da vida pessoal e que por isso, o nosso candidato a Presidente, na época, poderia ter dado o mesmo troco ou pior às acusações que ele fez durante os debates e os seus programas de televisão. Mas, não nos curvamos a essas baixarias. Por isso o PT não admite participar de um governo corrupto, de um governo inconsequente como o atual Governo.

E para isso quero ler aqui, nessa tribuna, uma nota divulgada pelos Partidos de Oposição, e quero pedir permissão aos companheiros do PDT, PSB para que possa ler, aqui, esta nota divulgada por esses Partidos de Oposição no dia de ontem (Lê):

"A REFORMA MINISTERIAL

Com relação às declarações do Presidente da República de que pode até incluir os Partidos de Oposição no seu Ministério, o PMDB, PDT, PT, PSB, PPS, PV e PC do B respondem:

- 1 - A reforma do Ministério reduziu-se, até agora, a uma simples troca de nomes e não de políticas de governo.
- 2 - A manutenção pelo Presidente da República da atual política econômica é a reafirmação de sua orientação recessiva e concentradora de renda, que aprofunda a miséria e o desemprego, liquidam com os valores éticos do trabalho, violentam a dignidade do povo brasileiro e põem em risco a soberania do País, contam com a mais firme rejeição dos partidos de oposição.
- 3 - A apuração de responsabilidade e a rigorosa punição dos responsáveis por atos de corrupção e malversação do dinheiro público, serão alvos incansavelmente perseguidos pelos partidos de oposição. A perda de cargos públicos não poderá significar, para os culpados, o encerramento das investigações e o esquecimento das atitudes daqueles que foram responsáveis pela malversação dos recursos públicos.
- 4 - As políticas de governo que a oposição exige são o combate efetivo e imediato

à recessão, ao desemprego, à fome, à miséria e às desigualdades regionais e por uma melhor e mais justa distribuição de rendas.

- 5 - O que a oposição também exige é um governo que se reencontre com toda a sociedade civil e promova o acesso de todos os brasileiros ao bem-estar, à saúde e à educação e que garanta a integridade e a soberania nacionais.

Brasília, 1 de abril de 1992.

(aa) ilegíveis"

Muito oportuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, esta nota dos Partidos de Oposição no Congresso, que não estão lá, simplesmente para fazer oposição cega, mas para cumprir a sua função de fiscalizar os recursos públicos, de fiscalizar o Governo, de fiscalizar os atos do Poder Executivo para que, o dinheiro público quando vem sendo roubado - como ocorre no atual Governo - seja denunciado à população e se tome as medidas necessárias, não apenas de destituir Ministros, não apenas de mudar nomes, mas que se direcione para uma mudança nas políticas de governo e que, realmente, o povo brasileiro tenha o que ele merece: uma vida digna. Não o que nós estamos vendo aí nas manchetes dos jornais, na televisão: o maior índice de desemprego nos últimos tempos em nosso País.

Milhões de pais de família que não têm mais o pão em suas mesas, que não têm mais a alegria de conviver com suas famílias em casa, e saem procurando alguma coisa para se distrair. Talvez a bebida, talvez algum outro benefício, porque não agüentam os seus filhos pedirem pão e eles correrem o mês inteiro e não encontrarem emprego, pelas más políticas implementadas por este Governo que está fazendo nosso País regredir.

Por isso queremos divulgar esta nota dos partidos que têm responsabilidade no Congresso e que têm as denúncias e as cobranças, para que o Governo implemente políticas sérias e que mudem a realidade de nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Albino Corazza.

O SR. ALBINO CORAZZA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna para trazer a esta Casa e ao Paraná, uma denúncia e uma solicitação de providências.

No ano passado já tivemos a oportunidade de solicitar junto ao Governo Federal, ao Ministério dos Transportes, para que se recuperasse a Rodovia Federal 467 de Cascavel a Toledo, no Oeste do Paraná.

Obtivemos como resposta, que a concorrência pública já havia sido realizada e que uma empresa do Estado de Minas Gerais iria realizar a obra.

Passaram-se os meses e a notícia que veio, quando se aguardava o início das obras, que a tal empresa de Minas Gerais não mais assinaria o contrato de execução da obra. Desistira da empreitada. O que nos chamara a atenção, é que uma empresa de Minas Gerais havia ganhado a concorrência para recapear apenas 40 km de rodovia aqui no Paraná.

Perguntamo-nos se as empresas do Paraná não haviam se habilitado, ou não tinham interesse. Empresas que existem também no Oeste do Paraná, como na cidade de Cascavel, que realizam obras de muito maior envergadura.

Em contato novamente com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, a informação que nos trazem é que foi aberta nova concorrência.

Senhores Deputados, são apenas 40 km de asfalto, estrada esta pela qual passam milhares e milhares de toneladas de produtos agrícolas. O Extremo-Oeste do Paraná, principalmente as cidades de Toledo, Palotina, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e Guaíra, que produzem grande quantidade de grãos, estão agora em dificuldade, porque esta rodovia está intransitável. Um percurso que se faz em trinta minutos, os caminhões levam até uma hora e meia, porque os buracos tornam o trajeto perigoso. Acidentes têm acontecido e os prejuízos, apesar das reclamações, estão acontecendo. São mais de três mil e quinhentos veículos/dia, na sua grande maioria caminhões carregados que passam por esta estrada.

Já questionamos muitas vezes que o Governo Federal, ao invés de centralizar os recursos, repassasse esses mesmos recursos para os Estados, para que os Estados pudessem realizar estas obras.

Nós sabemos que em Cascavel existe a patrulha do DR, que se tivesse recebido os recursos, teria realizado em tempo esta obra, com muito menor custo, mas o centralismo e o autoritarismo impedem que esse País possa encontrar um caminho de desenvolvimento, de progresso e de credibilidade no Poder Público.

Estamos usando esta tribuna para solicitar agilidade nesta obra, e para que o DNER comece imediatamente a recuperação, pelo menos nos pontos mais críticos, para que a safra agrícola que passa por esta estrada, não seja ainda mais prejudicada por aumento de custos, com o aumento do custo do frete, e que mais uma vez se registre que o Governo Federal, que está sendo alvo de tantos escândalos pela imprensa, comece a se conscientizar que so-

mente descentralizando os recursos para os Estados e municípios, descentralizando as suas ações governamentais, nós vamos realmente viabilizar o desenvolvimento deste País.

O nosso protesto e o nosso pedido urgente de providências.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Desta tribuna, na tarde de ontem, falávamos da aflição dos servidores públicos estaduais quanto à questão salarial. E não podemos também deixar de destacar nesta oportunidade, a iniciativa do Governador neste dia, de procurar amenizar o sofrimento dos servidores do Estado, anunciando um reajuste - que nós sabemos não contemplará as necessidades, mas amenizará os sofrimentos e as desgraças que pairam sobre esses servidores.

E queremos voltar a esta tribuna, para destacar uma posição do Governo na criação de uma política salarial que amenize a crise que hoje paira sobre a vida dos servidores públicos deste Estado.

Acreditamos que é por aí que faremos um Paraná diferente, que nós evitaremos de que valores humanos deixem este Estado depois de praticados, depois de excelentes profissionais, para servirem outros Estados da Federação.

Um outro fato que fez com que refletíssemos bastante, foi o pronunciamento feito desta tribuna na tarde de ontem, a respeito do que dizia o Deputado Alborghetti. Ele nos trazia ao conhecimento, um fato impressionante de uma eleitora de Londrina, que ao procurar o centro médico de Ibiporã, foi colocado a ela que só seria atendida se transferisse seu título para aquela localidade.

Parece isso aí ser uma novidade, mas nós temos certeza de que fatos semelhantes se repetem a cada dia; que fatos semelhantes se repetem dentro desta Casa; fatos semelhantes se repetem dentro do Governo do Estado do Paraná. E esta realidade também precisa ser posta de forma bastante cristalina, porque nós, que fazemos uma política de verdade, trazendo a realidade, apresentando sugestões, muitas vezes vemos e assistimos discriminações em algumas Secretarias de Estado - que não são todas, mas em algumas Secretarias de Estado - onde nós vemos freqüentemente Deputados reclamarem que nem o próprio Chefe de Gabinete do Secretário atende um telefonema seu. Não dá resposta ao seu requerimento.

Isso é extremamente lamentável, porque

se caracteriza de fato, que a democracia participativa acontece àqueles que estão em Plenário, para dizer amém a tudo o que o Governo quer, que não é a prática, felizmente, de todos os Parlamentares desta Casa. E por quê dizemos isso?

Porque vemos freqüentemente encaminhamentos dados da nossa parte e por parte de outros Senhores Deputados que, ao serem atendidos, primeiro procura-se justificar que aquele atendimento foi feito porque o Líder ou o outro Deputado representante daquela região que dá apoio ao Governo, já esteve falando a respeito do assunto.

Isto é uma brincadeira, um desrespeito, porque nós não estamos aqui - pelo menos eu não estou - nesta Casa, eleito por Governador, já disse por diferentes vezes e também não quero que o Paraná deixe de ser atendido porque o pedido foi meu e o outro Deputado não o fez; mas que o Paraná venha de uma ou outra forma ser atendido nas suas pretensões. E nós vemos muitas vezes esse tipo de prática, quando determinados auxiliares de Governo pedem aos seus assessores ou àquelas pessoas a quem encaminhamos não citem que foi o Deputado fulano de tal que trouxe este problema; porque vai causar uma dificuldade para a Secretaria. E isso tudo acho tremendamente lamentável, porque nós somos Deputados do Paraná.

Vemos pronunciamentos freqüentes também da tribuna, de que o Governo Federal fez o loteamento do Brasil. O Governo atual não é diferente dos Governos passados. Hoje, quando se ressuscitam figuras que o País não tem nenhuma recordação, para comandar o Governo atual, o Governo Collor de Mello, nós não podemos também deixar de frisar nesta Casa que ato semelhante, lamentavelmente, teve o PMDB quando assumiu o Governo da União. Depois de uma luta histórica do MDB e, posteriormente, o PMDB, quando o Governo chegou às suas mãos lamentavelmente não sabia o que fazer e tiveram que buscar na velha Revolução de 64 as figuras que o Brasil não tem saudade, a exemplo de Sarney e tantos outros, para comandar este País e transformaram também, naquela oportunidade, o Brasil num lote de exclusivamente daqueles que davam apoio ao Governo brasileiro, como acontece hoje em nível de Governo Collor de Mello e como acontece também em nível de Governo do Paraná.

Nada mais se faz neste Estado, do que dividir o Paraná em lotes e determinar esses lotes àqueles que dizem sim a todo tipo de política que o Governo do Estado quer.

Então, há necessidade de se refletir sempre, de se olhar sempre para trás, porque, às vezes, estamos criticando alguém,

deixando de fazer no nosso Estado algo diferente, talvez estejamos fazendo a mesma coisa. E no Paraná nós não vemos nada diferente com relação a esse tipo de tratamento, porque, volto a frisar mais uma vez, se todos viessem de forma independente para esta Casa, obviamente, Deputado nenhum precisaria votar de cabeça baixa.

Quero destacar um ponto positivo hoje do pronunciamento de Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, quando anunciava o reajuste dos servidores públicos do Estado do Paraná. Precisamos sair do discurso e praticar a ação. Nós temos certeza de que essa é a esperança do povo do Paraná, essa é a esperança do povo deste País: que se eliminem os discursos; que se pratiquem as verdadeiras ações que o povo espera para uma solução a esta Nação que, lamentavelmente, está registrando na sua história a maior recessão, a maior corrupção, mas tudo isso imposto pelo Fundo Monetário Internacional que quer que sejamos eternamente fundo de quintal dessas grandes potências, querem que este País seja sempre aquele a se baixar, a se rebaixar, a falar de joelhos com essas grandes potências. Mas com certeza não é essa a visão do povo. Não é esta a esperança do povo brasileiro que está a cada momento, como dissemos ontem, através do voto a essas barbaridades que se praticam a nível de políticas executivas, por homens políticos partidários.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo orador inscrito no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

Consulta a Liderança do PSDB.

(Declina).

PTB.

(Declina).

PT.

Com a palavra o Sr. Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Especificamente, eu me dirijo a Bancada do PMDB que eu acho importante que ela tome posição a respeito do pronunciamento que eu vou fazer em nome do Partido dos Trabalhadores.

Hoje nós fomos procurados por trabalhadores aposentados do DER, residentes no Bairro Alto, no chamado antigo 1º Distrito.

São aposentados cujo salário máximo é 252 mil cruzeiros bruto e o líquido em torno de 180 mil cruzeiros.

Esses trabalhadores aposentados ficaram morando na mesma casa que viviam antes da aposentadoria. De um ano para cá o DER entrou na justiça com ação de despejo

que está tramitando na 6ª Vara.

São trabalhadores que viveram e trabalharam no DER por mais de 20 anos, todos eles. Enquanto trabalhadores moravam naquelas casas e hoje muitos deles têm filhos trabalhando no DER.

O DER entra na justiça para pôr para a rua esses trabalhadores que não têm como pagar aluguel. São todas pessoas idosas desesperadas que não sabem como podem viver num outro local com esse salário, com família, pagando seus aluguéis.

Recentemente, uma das famílias de lá foi retirada para colocar no lugar, conforme denúncia deles para mim, a mãe do Deputado Rubens Bueno, com a sua família.

Dizem eles, que foi feito despejo daquela família para lá ficar a genitora de um dos Deputados Federais do Paraná, quando eles trabalhadores do DER, aposentados o DER, quer por para fora.

Nós temos conhecimento e sabemos que o Governador do Estado tem segurado ações de despejo, muitas dessas ações nós louvamos e apoiamos que segure, porque são trabalhadores sem terra e sem teto. E esses trabalhadores funcionários públicos do Estado, funcionários do DER, também são trabalhadores sem teto e no entanto ali age de maneira diferente entrando na justiça para despejar esses trabalhadores.

Cobramos uma posição da Bancada do PMDB e da bancada de sustentação ao Governador Roberto Requião. Queremos ver essa situação negociada a esses trabalhadores aposentados que lá permaneçam.

Tem trabalhador desses senhores, que por 22 anos trabalhou em pedreira, correndo risco de vida ao soltar as bombas de dinamite e correndo risco de saúde pelo pó de sílica, podendo ter silicose pulmonar.

Outros trabalhadores por mais de trinta anos enfrentaram as estradas debaixo de lona, com sol, com chuva, para trabalhar pelo DER. E agora, aposentados, com salários miseráveis, sem condições de pagar aluguel, o DER quer vê-los fora daquelas casas. Esperamos ver este caso resolvido e a resposta do Líder do PMDB, Deputado Orlando Pessuti, para a semana que vem, a respeito disto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - PL com a palavra.

(Declina).

PDT com a palavra.

(Declina).

PST com a palavra.

(Declina).

PFL com a palavra.

Deputado Antônio Costenaro.

O SR. ANTONIO COSTENARO - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares.

Nós neste momento registramos apenas um descontentamento nosso, pessoal, com relação ao pronunciamento do Deputado Ernani Pudell que na Sessão de ontem, ao findar a Sessão, na minha ausência, ele teceu alguns comentários que naturalmente ele tem direito, mas no meu ver, nenhuma razão. Nós damos entrada nesta Casa num projeto que é de interesse de todos os paranaenses, de todos os brasileiros, e principalmente um projeto de importância vital para a saúde do povo brasileiro. Enquanto outros países lutam para tentar diminuir a toxicidade dos combustíveis, o Brasil que tem em sua mão um produto extraordinário que combate o combustível tóxico, transformando com facilidade, os combustíveis com mais facilidade no uso, sem incomodar principalmente o tráfego nas grandes cidades.

Então, na Sessão de ontem, alegando o Deputado Pudell, e eu lamento que não esteja aqui presente no dia de hoje, nós não podíamos passar em branco e ver na sua vontade, talvez, de que quando se apresenta um projeto de interesse vital para o Estado, para os paranaenses, simplesmente critica sem entrar no mérito da questão, alegando desta forma mesmo. Por que? Será que, o Pudell, ele fala em nome da Petrobrás, que tem vozes contra o pró-álcool do Brasil e também contra o Estado do Paraná? Porque não vejo outra razão. Nós demos entrada num projeto dentro da tramitação mais normal possível. Não colhemos nem sequer a assinatura dos Parlamentares.

Deixamos que a Presidência, a Mesa colhesse, o apoio dos Parlamentares e acha o Deputado Pudell que a Mesa não deveria receber o projeto, quando, diz ele, que eu estava legislando em causa própria. Quem é que não fala em causa própria? Todos nós falamos. Quem fala do trabalhador será que é um vadio (?)? Não sabe o que fazer, não tem o que fazer quem defende o trabalhador. Se ele defende como um trabalhador, e como trabalhador está defendendo a si mesmo. E interesse também. Agora por que quem faz parte do ciclo de produção neste País, ele tem que arrumar testa de ferro?

Nós somos aqui em 54 Parlamentares. Não tenho dúvida que quando se apresenta um projeto, não tem dificuldade nenhuma e alegações também, na minha opinião, infantil do Deputado Pudell, quando ele disse que eu poderia arrumar um outro Parlamentar para representar um projeto do consumo do álcool, da mistura de álcool na gasolina. Eu não vejo por quê. Não vejo porque é apenas um produto que os brasileiros fabricam, vários segmentos do País, as cooperativas, pequenas indústrias, por todo este território nacional produzem o álcool.

Agora, na hora de fazer um projeto que

possa induzir, naturalmente, exigir do Governo uma mistura que já foi usada neste País, durante os anos de 1980 a 1984, porque era necessário para atender necessidades de combustível, foi feita uma mistura de 20% de álcool na gasolina. Depois, de 1984 a 1988 foi feita a mistura de 22% e depois, foi estabilizada, no interesse, naturalmente, para o fortalecimento do setor que passou a produzir mais álcool para cobrir necessidade, não precisou o País importar. Aí então, o setor agora não pode misturar mais 22%, embora todos os países, toda a Europa busca uma alternativa como a nossa, que temos na mão.

Então, desta maneira não é possível se apresentar um projeto, porque estamos defendendo o nosso interesse particular. Por quê? Porque estamos participando de uma pequena unidade, participamos como produtor de cana. Então, será que nós estamos cometendo algum crime? Será que estamos lançando um projeto em interesse próprio? Não vejo de forma nenhuma, e além do mais, condeno o pronunciamento do Deputado Ernani, quando ele vem dizer que não deveria tramitar esse projeto. Para isso esta Casa tem respeitado o Deputado Colombino, que trata esta Casa com maior seriedade e nós lá estamos, na C.C.J. para analisar profundamente a sua constitucionalidade e aí sim, este projeto, depois dos pareceres, virá para este Plenário para que a gente possa discutir, mas eu lamento que ao lançar um projeto de vital importância, e acho que todos os brasileiros bem intencionados sabem disso, ou será que nesta Casa os Parlamentares só podem apresentar os projetos, transformando entidade em filantrópica? Eu acho que não é só isso não. O nosso dever é defender os interesses de todos os paranaenses e de todos os brasileiros. Não vejo porque não.

O Sr. Doutor Rosinha - Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento).

Agradeço o aparte concedido, e o Deputado Ernani Pudell não fez um pronunciamento. Ele fez uma Questão de Ordem, o que é um pouco diferente.

Quanto à questão específica do álcool nós sabemos que enquanto pesquisa, é meritório que o nosso País tenha avançado bastante, mas enquanto questão econômica, o álcool somente deu certo graças aos subsídios pesados que o Governo Federal sempre jogou em cima do álcool, sempre subsidiado e depois, outra vez, tendo excesso de gasolina, a qual é vendida para os Estados Unidos no preço que os Estados Unidos oferece.

Portanto, o álcool não é a salvação energética do nosso País e daria até para se dizer que é a destruição das melhores

terras do nosso País, para se produzir álcool.

Vossa Excelência também disse que no ciclo de produção, sempre tem que ter algum "testa de ferro" aqui dentro para poder defender - se foi isso que eu entendi. É justamente por isso que o Brasil está no caos em que está, porque existem inúmeros "testa de ferro" dentro dos Parlamentos, votando ora pelos latifúndios, ora pelos empresários industriais, ora pelos grandes comerciantes e quase nunca, votando em favor do trabalhador.

Aqui nesta Casa de Leis, em vários momentos, nós discutimos questões referentes aos trabalhadores, principalmente aos do serviço público, no qual Vossa Excelência colocou-se sempre do lado do patrão, do Governador, e contra esses trabalhadores.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Na verdade, eu represento o trabalhador porque sempre fui um simples trabalhador e que muito lutei nesta vida.

O Sr. Doutor Rosinha - Existem vários trabalhadores, como também se diz que o Magri é, mas com a ideologia de defender a classe patronal.

Existem vários momentos...

Sei de pessoas que dizem que são de uma classe e exercem o papel de favorecimento de outra classe. E estamos cheios de gente nestas condições, principalmente nos discursos, porque na prática não fazem isso.

E eu defendo o pronunciamento do Deputado Ernani Pudell e assino embaixo da sua Questão de Ordem de ontem, aliás, não era pronunciamento.

O SR. ANTONIO COSTENARO NETO - Sem dúvida nenhuma Vossa Excelência defende a mesma tese, que aqueles que são capazes de construir alguma coisa de bem por este País, sempre serão criticados. Agora, dizer que nós estamos produzindo porque o Governo investiu violentamente, não temos dúvida.

Qual o setor...

(E-lhe tirado o som).

Nós não temos dúvida de que todos serão beneficiados por qualquer segmento. Na verdade os trabalhadores não teriam a força que têm lá em São Paulo, a expressão política de onde vocês conseguem os recursos para fazer pressão em todo o País, nascem naturalmente, dos subsídios do Governo também. Trouxe indústria, das pesadas, e aí então, criaram-se as suas forças na verdade. E no interior, o homem do campo, com dificuldades, luta, produz, trabalha e aí também é criticado por aqueles que somam com a boa vontade de servir este País.

Portanto, não vamos entrar no mérito da questão.

Nós teremos muito tempo para discutir esse projeto que, na verdade, tem um calhamaço de informações. E aí Vossa Excelência, prezado Deputado, poderá analisar profundamente e aí, aceitamos as suas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - No Horário das Lideranças ainda: PRN.

(Declina).

PMDB.

Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos à tribuna na tarde de hoje, para tecer alguns comentários de decisões havidas no Governo do Estado, na tarde e na manhã de hoje.

É evidente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o momento que vivemos, não só a nível de Estado do Paraná, mas especialmente a nível nacional, é um momento de muita preocupação para todos nós, principalmente na ocasião em que se processam modificações na área política e administrativa do Governo Federal. É um momento também em que deverão acontecer modificações na área administrativa e política do Governo do Estado do Paraná, principalmente em função do momento econômico e social que estamos vivenciando.

Todos nós sabemos que o País hoje beira, realmente, a estagflação, porque estamos vivendo um período ainda de inflação alta, com recessão sentida por todos os segmentos da sociedade, sejam os segmentos dos assalariados, dos comerciantes, dos industriais, dos profissionais liberais, dos produtores rurais que enfrentam, durante o período da comercialização da safra, dificuldades na obtenção de recursos, preços mínimos não garantidos. Enfim, temos um quadro que é realmente de bastante apreensão para todos nós.

No entanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em que pesem todas estas dificuldades, toda essa incerteza que paira no ar acerca daquilo que possa lhes estar sendo reservado para o mês seguinte, para os meses vindouros, houve por bem, o Governador Roberto Requião, após reunião com os seus Secretários, determinar a elaboração de Mensagem que será enviada à Assembleia Legislativa, propondo reajustes salariais aos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

É evidente que todos nós estávamos há alguns dias já aguardando esta notícia. Embora possa, para alguns seguimentos, não ser do agrado ainda os percentuais que serão propostos pelo Governo a esta Assembleia, e que espera o Governo a aprovação

dos mesmos, são índices, são percentuais que no nosso entendimento e nas próprias palavras do Presidente Anibal Khury, são percentuais propostos até com muito arrojo, dada as dificuldades porque passam o País e o Estado, e dado principalmente que não sabemos o que virá pela frente.

A proposta que será enviada à Assembléia e que já foi anunciada pelo Governador na manhã de hoje, e que deverá estar espalhada nos jornais, será divulgada pelo rádio e pela televisão, traz em números arredondados, vamos dizer assim, porque os números definitivos estarão sendo liberados ainda hoje, através da Secretaria de Administração.

Sua Excelência o Governador irá propor em torno de 30% ao Quadro Geral de Servidores, dará como proposta a esta Assembléia, 46% de reajuste aos policiais civis e militares, e também enviará à Assembléia, nesta Mensagem, a proposta de reajuste de salário dos professores na ordem de 62%, além do que algumas vantagens em adição deverão também vir, em favor do magistério paranaense, de forma a privilegiar e remunerar mais dignamente a função gratificada de diretor de escola e propõe também, Sua Excelência, para discussão desta Assembléia, uma alternativa, um mecanismo para remunerar para ter uma remuneração, também diferenciada, os professores que trabalham no período noturno e principalmente aqueles que trabalham em escolas que nós chamaríamos escolas distantes, em lugares ermos, e que sempre, ou melhor, que na maioria das vezes não são procuradas pelos professores e que só aceitam ir para estas escolas como última alternativa.

Seria tipo aquela gratificação que em alguns tempos, alguns órgãos federais e estaduais aplicavam, a título de interiorização, quando as pessoas que iam trabalhar em lugares distantes do Estado, em lugares ermos, sem nenhuma estrutura, recebiam.

Então, são propostas que vêm à Assembléia para serem discutidas e que pretende, Sua Excelência sejam aprovadas. E para os cargos comissionados, o reajuste salarial deverá superar o percentual de 80%.

Então, Senhor Presidente e Senhores Deputados, entendemos que ainda estes aumentos não atingem aquilo que é merecedor, em termos de remuneração para o Servidor Público do Paraná. Mas, temos certeza, também, em função da análise que fizemos junto com os Secretários, junto com Sua Excelência o Governador, principalmente do comportamento da arrecadação durante o mês de março, quando o Estado, dentro da sua previsão inicial arrecadou menos 13 bilhões de cruzeiros.

Então, é um momento, realmente, de

muitas dificuldades. Um momento em que não se arrecada aquilo que estava previsto, que se obtém uma queda na arrecadação da ordem de 13 bilhões. Assim mesmo, Sua Excelência, o Governador Roberto Requião tem a coragem, tem a determinação, tem a boa vontade de propor este reajuste salarial, que certamente fará com que o sofrimento, as dificuldades e as perdas salariais dos servidores do Paraná possam ser amenizadas.

A Mensagem deverá vir à Assembléia, quem sabe, já no dia de amanhã ou mais tardar na semana que vem, e esperamos que esta Casa, como sempre se pautou, possa fazer com que esta Mensagem seja analisada, discutida e votada num menor espaço de tempo possível, para que possamos, também, ter já no pagamento de abril, incluído estes reajustes salariais.

Que entendemos, propiciarão aos servidores, em algumas categorias, em especial, uma melhoria significativa para o momento em que estamos vivendo, que é de recessão e de grandes dificuldades para o setor público e para todo o setor, seja ele de trabalhadores ou da massa produtiva deste País.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Luiz Antonio Setti, constante do expediente, comunicando que a partir do dia 03 do corrente mês, reassume suas funções parlamentares. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1173/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 02 do corrente mês, em função de compromissos assumidos em sua Região.- A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 386/91, de autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que torna obrigatória a assistência ocular aos pré-escolares e aos escolares de 1º e 2º graus, nos estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino e dá outras provi-

dências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E. e C.S.P.. Com SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 386/91.- Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 386/91.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 508/91, de autoria do Deputado ELIO LINO RUSCH, que altera a redação do Art. 1º da lei nº 9.370, de 13 de setembro de 1990 (município de Mercedes). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Emenda: aprovada.

Projeto: aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA - OF. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Emenda Modificativa do Tribunal de Justiça com PARECER FAVORÁVEL da C.F.. Emenda de Plenário com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Appreciar neste as Emendas em 2ª discussão.

Em votação as emendas aprovadas em 2ª discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Na última ocasião em que este projeto constou da ordem do dia nós solicitamos a retirada do mesmo, por suas sessões, porque existiam dúvidas quanto a aprovação das emendas que estavam sendo propostas tanto pelo Tribunal de Justiça quanto pelo Deputado Tadeu Lúcio Machado e outros Parlamentares.

Senhor Presidente, este projeto de lei, ele vem em decorrência do veto que foi apostado por S.Exa. o Senhor Governador, quando da votação do projeto de lei que aumentava os salários dos servidores, do corpo funcional do Tribunal de Justiça e que foi por nós votado aqui no mês de dezembro e posteriormente dado que não representava aquilo que tinha sido ajustado com S.Exa. o Governador vetou o aumento que seria dado aos servidores da Justiça, no mês de fevereiro, e ajustou com o Presidente daquela Casa um novo projeto que chegou a nós e foi analisado pelas Comis-

sões e que veio a discussão e votação neste Plenário.

Posteriormente, tanto o Tribunal de Justiça quanto os Parlamentares apresentaram emendas, as de nº 01 e a de nº 02, as quais foram por nós analisadas, foram analisadas pela assessoria do Governo, através da Secretaria de Administração, e foram entendidas como emendas inoportunas - vamos dizer - ao projeto que havia sido ajustado entre o Governador Roberto Requião e o Presidente do Tribunal, Luiz Renato Pedroso.

Tivemos a oportunidade de, anteontem, conversar com o Presidente Luiz Renato Pedroso, e o mesmo nos disse que, de parte do Tribunal de Justiça - embora possa até isso estar encaminhado pelo Tribunal, o interesse que existe é que o texto original do projeto seja aprovado e que os Senhores Deputados estavam, de parte do Tribunal de Justiça, autorizados a não aprovar as emendas que estavam sendo propostas.

Neste sentido, por entender que o Projeto é fruto de um entendimento do Poder Judiciário com o Poder Executivo e que as Emendas não melhorariam tanto assim o Projeto, até poderiam prejudicá-lo, pois poderia ser vetado mais uma vez, é que entendemos que não deveremos, nesta ocasião, votar a favor das Emendas. E nesse sentido recomendamos aos Senhores Deputados que votemos a favor do projeto original e que votemos contrariamente as duas Emendas, fazendo com que esse projeto possa ser hoje aprovado e ser encaminhado ao Executivo para sanção e os funcionários do Tribunal de Justiça receberem o que fazem jus desde o mês de fevereiro, o que não estão recebendo até o presente momento.

Obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para encaminhar) - Senhor Presidente.

Em sessões anteriores nós também já havíamos nos pronunciado a respeito de tal Projeto. É óbvio que represento o interesse dos servidores do Tribunal, sem dúvida alguma; e havíamos também nos posicionado de forma contrária pela primeira vez com relação às emendas, e neste momento, sendo favorável a aprovação do Projeto, mas lamentavelmente não tendo quórum para tal, inclusive requeiro à Mesa verificação de quórum para a votação do projeto, nós achamos até que o proponente das emendas com a Liderança do Governo façam um entendimento e possa se chegar a um consenso o mais breve possível para que não se traga ainda mais prejuízos aos funcionários do Tribunal de Justiça, que são em sua maioria os de menores salários que são beneficiados pelo mesmo.

Requeiro verificação de quórum, Senhor

Presidente, para votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que faça a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu faço a retirada da verificação de quórum, Senhor Presidente, para votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Então, está em votação a emenda apresentada pelo Tribunal de Justiça. Deputados que aprovam permaneçam como estão.
Rejeitado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu peço verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu requeiro chamada nominal, para que se processe a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - O Senhor 1º Secretário voltará a fazer chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Como houve a rejeição das emendas, eu faço a retirada de verificação de votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Eu retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - Eu reitero o resultado da verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - E nós então, diante da insistência do Deputado Tadeu Lúcio Machado, nós permanecemos também com o pedido de chamada nominal. Se o Deputado Tadeu Machado faz a verificação de votação, tem que permanecer em Plenário.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Responderam à chamada nominal 28 Senhores Deputados.

Há quórum para votação.

A Mesa irá proceder à verificação de votação pedida pelo Deputado Tadeu Lúcio

Machado.

Deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se.

06 (seis) aprovam.

Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

18 (dezoito) rejeitam.

Não há quórum para votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Gostaríamos de ser informados pela Presidência da Mesa: se nós fizemos chamada nominal e constaram vinte e oito Deputados presentes, pelo que entendemos que os Parlamentares que responderam à chamada, num processo de verificação de votação, compõem o quórum e terão que ser considerados na verificação de votação.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO (Pela Ordem) - A única forma de identificar os Deputados que responderam e se ausentaram do Plenário, seria a votação nominal. Este não foi o pedido do Líder do Governo desta Casa.

Portanto, vejo prejudicada a questão de ordem de Vossa Excelência o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Esta Mesa gostaria de afirmar que não tem condições de proibir a saída de ninguém, o Deputado é soberano para tomar sua decisão.

Na votação houve placar de dezoito a seis, deu vinte e quatro. Vinte e quatro é menos que vinte e oito, portanto não há quórum para votação.

Sobre a mesa, requerimento de nº 351, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 460/91, 465/91, 509/91, 510/91, 563/91, 604/91, 028/92, 036/92, 051/92, 054/92, 058/92 e 060/92.

Levanta-se a sessão.